

TERMO DE REFERÊNCIA CONSULTOR

Edital 07/2022: DIGAP/CGIMP	
Título e Código do Projeto	914BRZ1115: Desenvolvimento de estratégias e ferramentas para monitoramento e avaliação da implementação de políticas públicas educacionais frente às metas do Plano Nacional de Educação – PNE e o Plano de Ações Articuladas - PAR
Local(s) de Trabalho	<i>Brasília/DF</i>
Período do contrato:	<i>11 meses</i>
Número de vagas:	3 (três)
Enquadramento no Prodoc	Atividades: 1.1.4 - Realizar estudos que subsidiem a DIGAP no redesenho de normas e práticas, considerando as especificidades técnicas, realidades geográficas e socioeconômicas, quanto à execução dos instrumentos pactuados no âmbito do PAR, atendendo às exigências e regras dos órgãos de controle.

1 – FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Em conjunto com o Ministério da Educação - MEC, o FNDE tem realizado o alinhamento estratégico de suas ações institucionais, programáticas e administrativas a fim de criar condições institucionais apropriadas à gestão das políticas do referido ministério, no contexto do Plano Nacional de Educação – PNE, Lei n. 13.005/2014, cujas diretrizes estão relacionadas com as atividades desenvolvidas na Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais (DIGAP).

Entende-se pela necessidade de contratação de consultoria especializada para a realização de diagnóstico das práticas implementadas para monitoramento de programas, projetos e ações que impactam na qualidade da educação e, assim fortalecer o planejamento, o monitoramento e a execução das ações de programas e projetos educacionais para capacitação de recursos humanos da educação e aquisição de recursos pedagógicos, realizados em parceria com as Secretarias, Fundações e Autarquias do Ministério da Educação e outros órgãos e entidades nas esferas federal, estadual e municipal. Para a realização dos produtos visando o alcance dos resultados esperados, faz-se necessária a contratação de profissional com formação em nível superior, especializado no desenvolvimento de estudos, análises, diagnósticos e outras ações estratégicas, com o objetivo de promover a transparência na gestão do FNDE e melhoria dos processos de normatização e controle de atividades desenvolvidas pelas coordenações gerais da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais – DIGAP, por meio de instrumentos pactuados entre o FNDE e os entes federados, no contexto do Plano Nacional de Educação (PNE).

A contratação, ainda, visa desenvolver novas metodologias para subsidiar a DIGAP na revisão de normativos e estratégias alinhados às diferentes realidades da educação no Brasil. As metodologias e estratégias desenvolvidas serão incorporadas à rotina das ações executadas pelo corpo técnico da DIGAP, qualificando a sua atuação, otimizando o uso do recurso público, redução do prejuízo ao erário, maior qualidade no apoio dado pela DIGAP aos entes e às entidades vinculadas na orientação para planejamento, execução, monitoramento e capacitação, o que reflete na qualidade da educação pública

Cabe esclarecer que o FNDE não possui em seu quadro funcional, servidores com as qualificações e experiência necessárias à execução dos produtos que são objeto deste edital.

2 - ENQUADRAMENTO NO PRODOC

- a) Resultados que serão alcançados: 1.1 Normas e recomendações aplicadas a assistência técnica e financeira da DIGAP no âmbito do PAR referentes às ações de infraestrutura educacional e recursos pedagógicos revisadas.
- b) Enquadramento no Prodoc: Os resultados inserem-se na Atividade Atividades: 1.1.4 - Realizar estudos que subsidiem a DIGAP no redesenho de normas e práticas, considerando as especificidades técnicas, realidades geográficas e socioeconômicas, quanto à execução dos instrumentos pactuados no âmbito do PAR, atendendo às exigências e regras dos órgãos de controle.

3 - ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS

As atividades são contínuas e valem para todos os consultores, diferenciando apenas o foco nos dados dos estados que cada consultoria irá trabalhar, de acordo com o que difere os produtos.

Atividade 1: Levantar dados referentes aos instrumentos e obras pactuadas com os Estados da região Sul, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, e em observância das orientações de órgãos de Controle e normativos vigentes;

Atividade 2: Levantar dados referentes ao tempo de execução dos instrumentos e obras pactuadas com os Estados da região Sul, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância;

Atividade 3: Desenvolver proposta de resolução para o término das obras pactuadas e em execução a mais de 5 (cinco) anos, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, com os Estados da região Sul, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância;

Atividade 4: Levantar dados referentes aos instrumentos e obras pactuadas com os Estados da região Sudeste, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, e em observância das orientações de Órgãos de Controle e normativos vigentes;

Atividade 5: Levantar dados referentes ao tempo de execução dos instrumentos e obras pactuadas com os Estados da região Sudeste, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância;

Atividade 6: Desenvolver proposta de resolução para o término das obras pactuadas e em execução a mais de 5 (cinco) anos, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, com os Estados da região Sudeste, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância;

Atividade 7: Levantar dados referentes aos instrumentos e obras pactuadas com os Estados da região Centro Oeste, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, e em observância das orientações de Órgãos de Controle e normativos vigentes;

Atividade 8: Levantar dados referentes ao tempo de execução dos instrumentos e obras pactuadas com os Estados da região Centro Oeste, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância;

Atividade 9: Desenvolver proposta de resolução para o término das obras pactuadas e em execução a mais de 5 (cinco) anos, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, com os Estados da região Centro Oeste, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância;

Atividade 10: Levantar dados referentes aos instrumentos e obras pactuadas com os Estados da região nordeste, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, e em observância das orientações de Órgãos de Controle e normativos vigentes;

Atividade 11: Levantar dados referentes ao tempo de execução dos instrumentos e obras pactuadas com os Estados da região nordeste, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância;

Atividade 12: Desenvolver proposta de resolução para o término das obras pactuadas e em execução a mais de 5 (cinco) anos, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, com os Estados da região nordeste, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância;

Atividade 13: Levantar dados referentes aos instrumentos e obras pactuadas com os Estados da região norte, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, e em observância das orientações de Órgãos de Controle e normativos vigentes;

Atividade 14: Levantar dados referentes ao tempo de execução dos instrumentos e obras pactuadas com os Estados da região norte, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância;

Atividade 15: Desenvolver proposta de resolução para o término das obras pactuadas e em execução a mais de 5 (cinco) anos, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC, com os Estados da região norte, no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância;

Atividades 16: Levantar dados orçamentários e financeiro, no âmbito do Plano de Ações Articuladas – PAR, por meio do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC.

Atividades 17: Realizar avaliação comparativa dados levantados na atividade 16, em relação a exercícios anteriores.

Atividades 18: Realizar estudo das legislações concernentes a orçamento e pagamento, no âmbito do Plano de Ações Articuladas - PAR.

4 - CRONOGRAMA DE ENTREGAS

Consultor 1

Parcela/Descritivo	Data para Entrega
Documento Técnico “A” – contendo estudo analítico acerca dos instrumentos e obras pactuadas há mais de 5 (cinco) anos, com os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina , no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle, incluindo proposta e pontos de atenção a serem repassados e observados pelos entes federados, com vistas à execução regular das obras.	45 Dias
Documento Técnico “B” – contendo estudo analítico acerca dos instrumentos e obras pactuadas há mais de 5 (cinco) anos, com os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro , no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle, incluindo proposta e pontos de atenção a serem repassados e observados pelos entes federados, com vistas à execução regular das obras.	105 Dias
Documento Técnico “C” – contendo estudo analítico acerca dos instrumentos e obras pactuadas há mais de 5 (cinco) anos, com os Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e Distrito Federal , no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle, incluindo proposta e pontos de atenção a serem repassados e observados pelos entes federados, com vistas à execução regular das obras.	155 Dias

Documento Técnico “D” – contendo estudo analítico acerca dos instrumentos e obras pactuadas há mais de 5 (cinco) anos, com os Estados do Amazonas, Roraima, Rondônia, Acre, Amapá e Pará , no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle, incluindo proposta e pontos de atenção a serem repassados e observados pelos entes federados, com vistas à execução regular das obras.	215 Dias
Documento Técnico “E” – contendo estudo analítico acerca dos instrumentos e obras pactuadas há mais de 5 (cinco) anos, com os Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba , no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle, incluindo proposta e pontos de atenção a serem repassados e observados pelos entes federados, com vistas à execução regular das obras.	270 Dias
Documento Técnico “F” – contendo estudo analítico acerca dos instrumentos e obras pactuadas há mais de 5 (cinco) anos, com os Estados do Ceará, do Rio Grande do Norte, Maranhão e Piauí , no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância, conforme dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle, incluindo proposta e pontos de atenção a serem repassados e observados pelos entes federados, com vistas à execução regular das obras.	320 Dias

* as datas serão contadas da assinatura do contrato.

Consultor 2

Parcela/Descritivo	Data para Entrega
Documento Técnico “A” – contendo levantamento dos valores investidos e efetivados referente ao segundo trimestre de 2021, dos Estados do Pará (PA), Rondônia (RO), Acre (AC) e Roraima (RR) , no âmbito da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais DIGAP, acerca do processo de assistência técnica e financeira prestada aos entes, por meio do Plano de Ações Articuladas PAR, incluindo avaliação comparativa em relação aos exercícios de 2019 e 2020, identificando possíveis variações ocorridas nas legislações.	45 Dias
Documento Técnico “B” – contendo levantamento dos valores investidos e efetivados referente ao segundo trimestre de 2021, dos Estados do Amazonas (AM), Tocantins (TO), e Amapá (AP) , no âmbito da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais DIGAP, acerca do processo de assistência técnica e financeira prestada aos entes, por meio do Plano de Ações Articuladas PAR, incluindo avaliação comparativa em relação aos exercícios de 2019 e 2020, identificando possíveis variações ocorridas nas legislações.	105 Dias
Documento Técnico “C” – contendo levantamento dos valores investidos e efetivados referente ao segundo trimestre de 2021, dos Estados do Maranhão (MA) e Piauí (PI) , no âmbito da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais DIGAP, acerca do processo de assistência técnica e financeira prestada aos entes, por meio do Plano de Ações Articuladas PAR, incluindo avaliação comparativa em relação aos exercícios de 2019 e 2020, identificando possíveis variações ocorridas nas legislações.	155 Dias
Documento Técnico “D” – contendo levantamento dos valores investidos e efetivados referente ao segundo trimestre de 2021, dos Estados do Ceará (CE) e Rio Grande do Norte (RN) , no âmbito da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais DIGAP, acerca do processo de assistência técnica e financeira prestada aos entes, por meio do Plano de Ações Articuladas PAR, incluindo avaliação comparativa em relação aos exercícios de 2019 e 2020, identificando possíveis variações ocorridas nas legislações.	215 Dias

Documento Técnico “E” – contendo levantamento dos valores investidos e efetivados referente ao segundo trimestre de 2021, dos Estados de Pernambuco (PE) e Paraíba (PB) , no âmbito da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais DIGAP, acerca do processo de assistência técnica e financeira prestada aos entes, por meio do Plano de Ações Articuladas PAR, incluindo avaliação comparativa em relação aos exercícios de 2019 e 2020, identificando possíveis variações ocorridas nas legislações.	270 Dias
Documento Técnico “F” – contendo levantamento dos valores investidos e efetivados referente ao segundo trimestre de 2021, dos Estados de Sergipe (SE) e Alagoas (AL) , no âmbito da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais DIGAP, acerca do processo de assistência técnica e financeira prestada aos entes, por meio do Plano de Ações Articuladas PAR, incluindo avaliação comparativa em relação aos exercícios de 2019 e 2020, identificando possíveis variações ocorridas nas legislações.	320 Dias

* as datas serão contadas da assinatura do contrato.

Consultor 3

Parcela/Descritivo	Data para Entrega
Documento Técnico “A” – contendo levantamento dos valores investidos e efetivados referente ao segundo trimestre de 2021, dos Estados de Bahia (BA) e Mato Grosso (MT) , no âmbito da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais DIGAP, acerca do processo de assistência técnica e financeira prestada aos entes, por meio do Plano de Ações Articuladas PAR, incluindo avaliação comparativa em relação aos exercícios de 2019 e 2020, identificando possíveis variações ocorridas nas legislações.	45 Dias
Documento Técnico “B” – contendo levantamento dos valores investidos e efetivados referente ao segundo trimestre de 2021, dos Estados de Mato Grosso do Sul (MS) e Goiás , no âmbito da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais DIGAP, acerca do processo de assistência técnica e financeira prestada aos entes, por meio do Plano de Ações Articuladas PAR, incluindo avaliação comparativa em relação aos exercícios de 2019 e 2020, identificando possíveis variações ocorridas nas legislações.	105 Dias
Documento Técnico “C” – contendo levantamento dos valores investidos e efetivados referente ao segundo trimestre de 2021, dos Estados de Distrito Federal (DF) e São Paulo (SP) , no âmbito da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais DIGAP, acerca do processo de assistência técnica e financeira prestada aos entes, por meio do Plano de Ações Articuladas PAR, incluindo avaliação comparativa em relação aos exercícios de 2019 e 2020, identificando possíveis variações ocorridas nas legislações.	155 Dias
Documento Técnico “D” – contendo levantamento dos valores investidos e efetivados referente ao segundo trimestre de 2021, dos Estados do Rio de Janeiro (RJ) e Espírito Santo (ES) , no âmbito da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais DIGAP, acerca do processo de assistência técnica e financeira prestada aos entes, por meio do Plano de Ações Articuladas PAR, incluindo avaliação comparativa em relação aos exercícios de 2019 e 2020, identificando possíveis variações ocorridas nas legislações.	215 Dias
Documento Técnico “E” – contendo levantamento dos valores investidos e efetivados referente ao segundo trimestre de 2021, dos Estados de Minas Gerais (MG) e Paraná (PR) , no âmbito da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais DIGAP, acerca do processo de assistência técnica e financeira prestada aos entes, por meio do Plano de Ações Articuladas PAR, incluindo avaliação comparativa em relação aos exercícios de 2019 e 2020, identificando	270 Dias

possíveis variações ocorridas nas legislações.	
Documento Técnico “F” – contendo levantamento dos valores investidos e efetivados referente ao segundo trimestre de 2021, dos Estados do Rio Grande do Sul (RS) e Santa Catarina (SC) , no âmbito da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais DIGAP, acerca do processo de assistência técnica e financeira prestada aos entes, por meio do Plano de Ações Articuladas PAR, incluindo avaliação comparativa em relação aos exercícios de 2019 e 2020, identificando possíveis variações ocorridas nas legislações.	320 Dias

* as datas serão contadas da assinatura do contrato.

5 - INSUMOS

Ao consultor será dado o apoio e material técnicos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos da consultoria em questão, bem como acesso ao Sistema SIMEC, e às informações institucionais pertinentes ao objeto dos produtos.

Poderão, ainda, ser disponibilizados pelo FNDE os seguintes insumos para a consultoria:

- Passagens e diárias quando necessárias à realização dos produtos previstos;
- Subsídio da equipe técnica do FNDE para a realização de reuniões de trabalho necessárias para a discussão do conteúdo e principais resultados do trabalho;
- Apoio da equipe técnica do FNDE para leitura do documento, críticas e sugestões;
- Disponibilização de informações importantes, de domínio do FNDE, para a execução do trabalho.

6 - REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO

Os participantes que não apresentarem os requisitos obrigatórios de qualificação não serão considerados para o processo de avaliação.

A qualificação desejável está especificada e seguirá os critérios apresentados na tabela com critérios de avaliação.

A experiência profissional poderá ser comprovada por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho.

6.1. Obrigatórios:

- a. **Formação Acadêmica:** Diploma de graduação em Direito fornecidos por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.
- b. **Experiência profissional:** É obrigatório que possua experiência profissional mínima de 04 (quatro) anos em atividades jurídico-administrativas, no âmbito público ou privado, relacionadas à elaboração de pareceres, minutas de normativos, bem como acompanhamento de processos, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.
- c. **Habilidades e competências:** Conhecimento técnico, fluência verbal, assertividade, clareza e objetividade na exposição de ideias e argumentos, capacidade de análise e síntese, flexibilidade e bom relacionamento interpessoal e capacidade para trabalho em equipe.

6.2. Desejáveis:

- a. Experiência profissional mínima de 02 (dois) anos no acompanhamento e implementação de políticas públicas na área educacional, no âmbito da esfera federal.
- b. Experiência profissional mínima de 02 (dois) anos em usabilidade dos sistemas: Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC) e/ou Sistema Eletrônico de Informações (SEI), comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.

7 – TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Para o processo seletivo, será constituída uma comissão específica, cujos trabalhos serão realizados em consonância com este Termo, com as normas aplicáveis e em estreito alinhamento aos princípios aplicáveis à Administração Pública. Visando garantir os objetivos da presente seleção, ela poderá ser suspensa ou cancelada por decisão da Comissão ou da área demandante, por meio de solicitação à coordenação executiva do Projeto.

CrITÉrios de Avaliação Técnica – Pessoa Física

Qualificação e Experiência do Candidato				
1	Formação acadêmica	É <u>obrigatório</u> que possua graduação em curso de Direito.	[100%] 10 pontos: Mestrado e/ou Doutorado; [85%] 8,5 pontos: Pós-graduação e/ou Especialização; [70%] 7 pontos: Graduação	10
2	Experiência do candidato	É <u>obrigatório</u> que possua experiência profissional mínima de 04 (quatro) anos em atividades jurídico-administrativas, no âmbito público ou privado, relacionadas à elaboração de pareceres, minutas de normativos, bem como acompanhamento de processos, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.	[100%] 20 pontos: 6 ou mais anos de experiência; [85%] 17 pontos: 5 anos de experiência; [70%] 14 pontos: 4 anos de experiência;	20
		É <u>desejável</u> experiência mínima de 2 (dois) anos no acompanhamento e implementação de políticas públicas na área educacional, no âmbito da esfera federal.	[100%] 10 pontos: 4 ou mais anos de experiência; [85%] 8,5 pontos: 3 anos de experiência; [70%] 7 pontos: 2 anos de experiência;	10
		É <u>desejável</u> que possua a experiência profissional mínima de 2 (dois) anos em usabilidades dos sistemas: Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC) e/ou Sistema Eletrônico de Informações (SEI). A verificação da habilidade se dará na etapa de entrevista.	[100%] 10 pontos: 4 ou mais anos de experiência; [85%] 8,5 pontos: 3 anos de experiência; [70%] 7 pontos: 2 anos de experiência;	20
3	Entrevista	- Demonstra conhecimento técnico exigido no edital. (0 a 15 pontos) - Possui boa fluência verbal, assertividade, clareza e objetividade na exposição de ideias e argumentos. (0 a 5 pontos) - Demonstra capacidade de análise e síntese. (0 a 10 pontos)	Pontuação a ser atribuída de acordo com avaliação da comissão de seleção por meio de entrevista.	30
		- Demonstra flexibilidade e bom relacionamento interpessoal; (0 a 5 pontos). - Demonstra possuir capacidade para trabalho em equipe. (0 a 5 pontos)	Pontuação a ser atribuída de acordo com avaliação da comissão de seleção por meio de entrevista.	10
TOTAL DE PONTOS				100

8 – ENTREVISTA:

Participarão da fase das entrevistas (fase final do processo de seleção e classificação) no mínimo 9 candidatos que atingirem a maior pontuação na análise curricular, itens 1 e 2 da “TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO”.

A critério do Comitê de Seleção, as entrevistas serão presenciais ou por meio de videoconferência, de caráter classificatório e eliminatório, e realizadas em Brasília, no Edifício FNDE.

A entrevista valerá 40 (quarenta) pontos, os quais serão somados aos pontos obtidos pelo candidato na fase de pontuação do currículo. Esta entrevista avaliará o domínio pelo candidato nas atividades previstas no edital, assim como sua desenvoltura na articulação de temas e ideias relativos ao objeto da consultoria, assertividade, clareza e objetividade na exposição de ideias e argumentos, capacidade de análise e síntese, flexibilidade, bom relacionamento interpessoal, capacidade para trabalho em equipe.

9 - LOCAL DE TRABALHO: Brasília, DF

Brasília/DF, junho de 2022.

Assinatura

Gabriel Villar
Diretor da DIGAP